



A INTERFACE ENTRE A GESTÃO COMUNITÁRIA PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL E A RESILIÊNCIA FRENTE À PANDEMIA DE COVID-19: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE TRADICIONAL CAIÇARA DE PICINGUABA, UBATUBA – SP.

Giovana Cioffi¹
Davis Sansolo²
Sidnei Raimundo³

RESUMO

Este trabalho visa compreender como o desenvolvimento da gestão do turismo comunitário para o uso sustentável dos territórios pode influenciar a forma como as comunidades tradicionais estão lidando com a situação do COVID-19. O esforço para promover o diálogo entre os processos se justifica pela compreensão de que a crise sanitária é mais uma pressão a qual comunidades tradicionais estão expostas, somando-se a atividade turística e as políticas controversas de proteção ambiental. A partir do campo da geografia, é possível interpretar esta conjuntura a partir das multiterritorialidade que sedimentam nos territórios tradicionais e vulnerabilizam os povos. O alcance do objetivo se deu por meio do estudo de caso do território tradicional de Picinguaba através das técnicas de observação participante, entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental. A extrapolação dos conceitos e elementos que envolvem a concretização da gestão comunitária do uso turístico permitiu evidenciar que a transformação simbólica e prática da comunidade caiçara de Picinguaba durante esse processo, foi determinante para coesão do corpo coletivo e fortalecimento das ações de enfrentamento da pandemia.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais; Turismo comunitário; Áreas Protegidas; COVID-19.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo comprender cómo el desarrollo de la gestión del turismo comunitario para el uso sostenible de los territorios influi en la forma en que las comunidades tradicionales lidán con la situación del COVID-19. El esfuerzo por promover el diálogo de los procesos se justifica en el entendimiento de que la crisis de salud es una presión más a la que están expuestas las comunidades tradicionales, sumándose a la actividad turística y las polémicas políticas de protección ambiental. Desde el campo de la geografía, es posible interpretar esta situación a partir de la multiterritorialidad que se instala en los territorios tradicionales y hace los pueblos vulnerables. El objetivo se logró a través del estudio de caso del territorio tradicional de Picinguaba mediante técnicas de observación participante, entrevistas semiestruturadas e investigación documental. La extrapolación de los conceptos y elementos que involucran la implementación de la gestión comunitaria del uso turístico dejó claro que la transformación simbólica y práctica de la comunidad Caiçara en Picinguaba durante este proceso fue crucial para la cohesión del cuerpo colectivo y el fortalecimiento de acciones para luchar contra la pandemia.

Palabras clave: Comunidades tradicionales; Turismo comunitario; Areas protegidas; COVID-19.

¹ Doutoranda do Curso de Biodiversidade de Ambientes Costeiros da Universidade Estadual Paulista – UNESP, giovanacioffi@gmail.com;

² Professor do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual Paulista – UNESP, davis.sansolo@unesp.br;

³ Professor do Curso de Turismo da Universidade de São Paulo – USP, sraimundo@usp.br.



INTRODUÇÃO

A questão ambiental coloca-se na contemporaneidade como uma problemática que demanda discussões mais sistêmicas. Se partimos do conceito geral de sistemas, a natureza integra um sistema aberto, formado por unidades elementares dependentes entre si, o que faz a complexidade inerente à sua compreensão. Morin (2006, p. 13), ao discorrer sobre a complexidade a concebe como o “tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico”.

A compreensão das doenças zoonóticas emergentes a partir desta ótica demonstra sua forte correlação com a superexploração econômica dos recursos naturais (UNEP, 2016). Estudos apontam que a relação entre a degradação ambiental e os processos evolutivos dos patógenos é inversamente proporcional, a medida em que a redução das barreiras naturais facilita a propagação destas para rebanhos e humanos (ZOHDY ET AL., 2019; OSTFELD & KEESING, 2000). Essa dinâmica se intensifica quando expressa no contexto de grupos etnoculturais, sobretudo devido ao déficit de políticas públicas específicas para sua realidade.

A interconectividade dos processos permite conjecturar a convergência entre os modelos alternativos de gestão de recursos e as formas de enfrentamento às pandemias. Nesse sentido, o presente trabalho⁴ visa compreender como o desenvolvimento da gestão do turismo comunitário para o uso sustentável dos territórios pode influenciar a forma como as comunidades tradicionais estão lidando com a situação do COVID-19.

METODOLOGIA

Área de Estudo

A comunidade em foco neste estudo habita o território tradicional caiçara da Picinguaba, reconhecido como patrimônio histórico cultural do conjunto de interesse arquitetônico e paisagístico pelo CONDEPHAAT em 1983. O local (Figura 1), localizado no município de Ubatuba, é composto por uma área continental de 157 hectares e uma porção de ilhas.

A alta complexidade do local se explica por três eixos principais: (a) possui uma intensa procura turística sofrendo, portanto, a pressão do turismo de massa e a consequente degradação socioambiental; (b) faz parte de duas áreas protegidas (APs) – o Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) e a Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (APAMLN) – que protegem os ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos da região; e (c) abriga uma

⁴ Este artigo é resultado parcial da dissertação da autora, cujo mestrado foi realizado nos anos de 2019 e 2020 na Escola de Artes, Ciência, e Humanidades da USP.



comunidade cujas tradições estão fortemente ligadas à pesca e à agricultura, mas devido à supressão cultural sofrida nas últimas décadas, foi forçada a assumir o turismo como um dos seus principais meios de subsistência.

Diante do cenário de alto impacto socioambiental pela intensificação turística e debilidades em relação à gestão das APs, cuja responsabilidade é da Fundação Florestal (FF), no ano de 2019 a comunidade assumiu a corresponsabilidade pela gestão do território. Esse movimento se deu por meio do protagonismo caiçara no processo de planejamento e ordenamento do turismo, no qual as ações passaram a ser definidas pelo corpo coletivo da comunidade e posteriormente alinhadas e oficializadas pela FF através da publicação de portarias normativas.

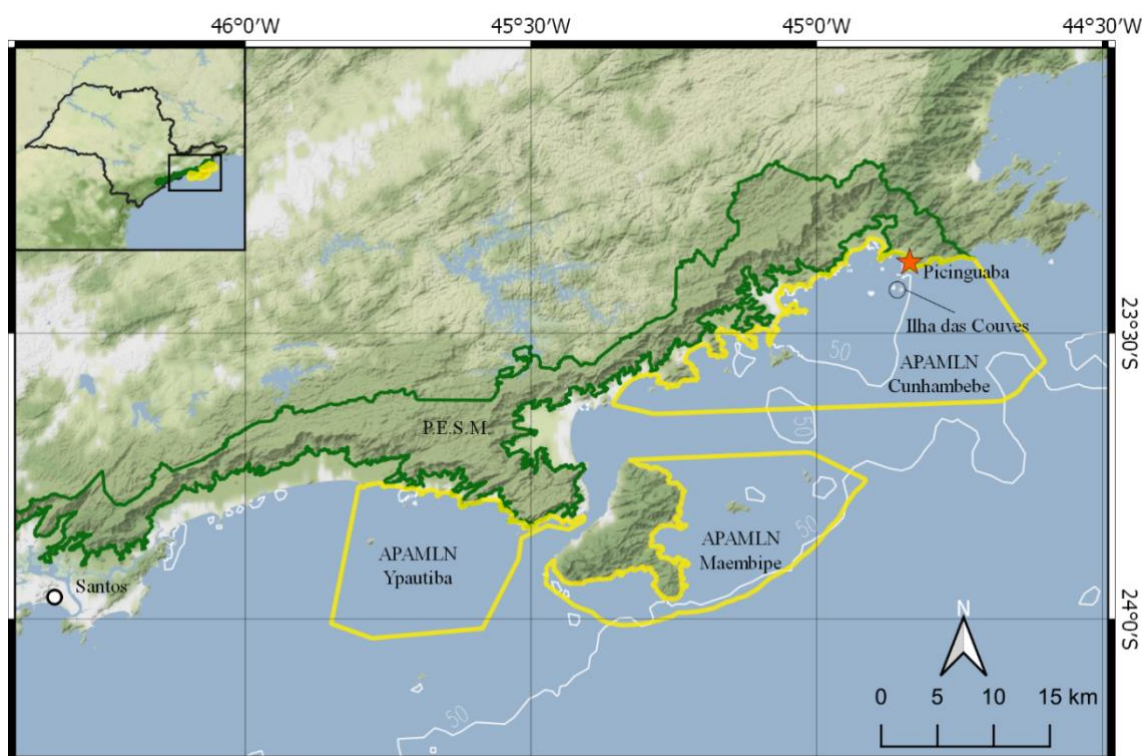


Figura 1. Localização da área de estudo. Polígono verde delimitando o Parque Estadual da Serra do Mar; polígonos amarelos indicando a Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte – Setor Ypautiba, Maembipe e Cunhambebe; marcações laranja e preta indicando Vila de Pinguaba e Ilha das Couves, respectivamente. Linha branca representa a batimetria, linha branca contínua indica a isóbata de 50 metros. Fonte: elaborado pela autora no software QGIS.

A chegada do COVID-19 ao território representou, além do enfraquecimento da saúde pública, um aumento da vulnerabilidade socioeconômica dos moradores, principalmente devido à interrupção do turismo e à dificuldade do escoamento dos produtos pesqueiros. Ubatuba teve seu primeiro caso de COVID-19 em abril de 2020 e, ao final do ano, já havia registrado mais de 2.803 casos. Em Pinguaba, houveram oito casos confirmados (PM de



UBATUBA, 2020). O município de Ubatuba tem uma população de mais de 91.000 habitantes, já Picinguaba tem pouco mais de 300 habitantes.

Procedimentos metodológicos

Para o alcance do objetivo proposto foi adotada uma abordagem qualitativa. A coleta de dados se deu entre dezembro de 2019 e novembro de 2020 em dois períodos: (a) durante o processo de planejamento e organização comunitária do turismo em Picinguaba, ocorrido antes da pandemia - instituída oficialmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020 - e; (b) ao longo da adoção de medidas sanitárias no território e interrupção da atividade turística.

Como método de pesquisa qualitativa, foi utilizado o estudo de caso a partir da perspectiva de Yin (2015), o qual permite a investigação de um fenômeno contemporâneo em seu contexto real. Como forma de aumentar a confiabilidade dos resultados, três técnicas para coleta de dados foram utilizadas: a) observação participante; b) pesquisa documental e; c) entrevista com os interlocutores.

A observação participante foi realizada como método de introdução do pesquisador à área de estudo, acesso aos aspectos relevantes do cotidiano e identificação prévia dos atores. A pesquisa documental envolveu a análise de planos de manejo, decretos e outros documentos suplementares aos dados primários. Ao longo das atividades de campo foram utilizados câmera fotográfica, caderneta e gravador de voz.

As entrevistas⁵ semiestruturadas (BONI E QUARESMA, 2005) foram realizadas com 17 atores dos setores público, privado e da sociedade civil. O número de entrevistados se justifica pelo tamanho da comunidade e do território estudado. No entanto, todos os tomadores de decisão e parceiros relevantes para o propósito da pesquisa foram abrangidos, garantindo a riqueza e a qualidade dos dados.

A análise e sistematização de dados das entrevistas, se baseou no método de análise de conteúdo proposto por Bardin (1977). Na fase de pré-análise, os documentos levantados foram filtrados a partir dos seguintes critérios: ano de publicação, abrangência do conteúdo e relevância para o processo em foco nesse estudo; e as entrevistas transcritas. A segunda fase constituiu a descrição analítica dos dados, em que os dados foram explorados possibilitando a identificação de nós, isto é, alguns pontos centrais de conflito para posterior aprofundamento.

⁵ Este trabalho foi aprovado pela Comissão Técnico-Científica (COTEC) do Instituto Florestal (processo SIMA no 010.977/2019), pelo Comitê de Ética (Plataforma Brasil) da EACH/USP e pela Associação de Moradores do Bairro de Picinguaba.



Na última fase se deu o tratamento dos resultados a partir do referencial teórico, possibilitando uma análise mais abrangente e uma possível extrapolação para outras realidades.

APORTE TEÓRICO

Turismo, preservação e tradicionalidade: territorialidades em disputa

Ao debater sobre espaço e território, Raffestin (1993) aponta que o movimento de articulação entre a realidade material e as intenções dos sujeitos qualifica o conceito de “territorializar” o espaço; e que, a partir de um espaço, é possível projetar uma abundância de possibilidades, cujas características se moldam de acordo com a apropriação objetiva ou subjetiva. O território, portanto, é delineado conforme os recursos naturais existentes e manifesta em si as relações de poder intrínsecas das relações sociais de dominação.

Um primeiro conflito que emerge da reflexão do tema proposto neste trabalho, envolve a oposição entre a produção territorial capitalista, e suas formas de territorialidades hegemônicas, e outros modelos vinculados às tradições e afetividades (MORAES et al., 2017). À luz da Constituição, estes territórios no Brasil são nomeados tradicionais e definidos como “espaços necessários para a reprodução cultural, social e econômica de povos e comunidades tradicionais” (BRASIL, 2007, não paginado). As territorialidades que neles sedimentam originam-se de mediações primárias entre homem e natureza que engendram a vida cotidiana (PEREIRA e DIEGUES, 2010; TIRIBA e FISCHER, 2015).

Em meio a disputa de territórios, fenômenos como a multiterritorialidade e des-territorialização (DELEUZE E GUATTARI, 1996) são observados e, como pontua Haesbaert (2003), se confundem com frequência. É possível pensar que ambos fenômenos estão diretamente ligados à um espaço social demasiadamente heterogêneo, onde se instala um implexo de “geometrias de poder”. Enquanto os atores hegemônicos garantem-se de uma multiterritorialidade segura, com livre acesso aos territórios e seus recursos, os hegemonizados sofrem com a mobilidade obrigatória e procuram constantemente alvéolos espaciais para sua sobrevivência (HAESBAERT, 2005).

Um segundo ponto de conflito, portanto, se evidencia ao se interpretar a relação entre áreas protegidas, turismo e comunidades tradicionais. Little (2003) qualifica a dinâmica de criação de APs de preservacionismo territorializante, pensando-as como grandes espaços geográficos submetidos ao controle integral e único. A sobreposição da lógica preservacionistas sobre territorialidades tradicionais despontou no seu recorte por meio da desterritorialização simbólico-cultural ou concreta (DIEGUES, 2008; CALVENTE, 2016).



Esse processo produz e é produzido pela expansão de uma terceira territorialidade, pautada pela potencialidade econômica de áreas ainda não exploradas pelo turismo. A reterritorialização do espaço com a chegada de atores ligados ao turismo e veraneio contribui para impossibilitar de forma gradual que determinados grupos construam e exerçam o controle factual de seus territórios. Efetivamente, essa realidade implicou na diminuição da importância de práticas tradicionais para subsistência de algumas comunidades, que assumiram o turismo como principal renda e em muitos casos foram submetidos ao assalariamento (VALLEJO, 2013; CALVENTE, 2016).

Os conflitos históricos que ainda hoje ecoam em torno dessas territorialidades vem demonstrando algumas questões necessárias ao debate e que podem ser observadas no território tradicional de Picinguaba: a hostilidade e expulsão de populações contribui para reduzir a eficácia de APs, elevando a ameaça ao meio ambiente e, conseqüentemente, aos recursos florestais e pesqueiros; o turismo ao mesmo tempo que avança desordenadamente para territórios tradicionais e APs, é uma importante ferramenta de divulgação da conservação e subsistência comunitária; comunidades tradicionais ao serem submetidas ao modo de vida capitalista passam a absorvê-lo parcial ou totalmente, tornando-os potenciais agentes de degradação (DIEGUES, 2008).

A análise da conjuntura a partir dessa discussão implica na atenção a um terceiro ponto. Essa disputa tem efeitos diretos no aumento da vulnerabilidade social de determinados povos e comunidades, o que reflete no grau de exposição a crises ambientais, econômicas e sanitárias a que estão submetidos. Fernandes e Macedo (2021, p. 106), ao realizarem revisão histórica sobre epidemias e pandemias que atingiram inúmeros povos, apontam que “nas comunidades tradicionais, os horizontes de assolação apresentados pela emergência da pandemia por COVID-19 não constituem algo inaugural ou novo; ao contrário, encontram-se como um projeto instalado em seus territórios [...]”.

Na dinâmica da circulação global contemporânea, o turismo é considerado uma das principais atividades responsáveis pela introdução de patógenos em novas regiões geográficas e grupos humanos, como tem sido observado na disseminação mundial do COVID-19 (GOEIJENBIER et al., 2017; CHEN et al., 2020;). Nesse sentido, a seção seguinte objetiva discutir a gestão comunitária do turismo em APs como instrumento de mitigação dos conflitos que emergem da multiterritorialidade, destacando alguns tópicos necessários para o posterior diálogo com o enfrentamento da pandemia por comunidades tradicionais.



A gestão comunitária do turismo tem sido amplamente discutida no contexto das áreas protegidas (STONE & NYAUPANE, 2017) como uma estratégia para promover o desenvolvimento local e aumentar a eficácia das APs. O desenvolvimento de arranjos produtivos locais para o turismo envolve perspectivas socioambientais relacionadas a: redistribuição mais igualitária de custos e benefícios; garantia do direito de acesso e controle dos recursos naturais; centralidade dos recursos endógenos ao território; e a valorização da cultura local (OKAZAKI, 2008; LAI & HITCHCOCK, 2016).

A fundamentação da noção de gestão comunitária remete ao debate sobre regimes de propriedade comum e a possibilidade de auto-organização de comunidades para a gestão sustentável dos recursos, como propôs Ostrom (1990). Ainda segundo a autora, a possibilidade de concretização desse processo envolve a adoção de princípios ligados a coletividade, monitoramento, legalidade e cooperação entre níveis de gestão.

Essa discussão, quando aplicadas à esfera de áreas protegidas, envolvem maiores níveis de complexidade considerando que são espaços administrados por órgãos específicos com seu próprio conjunto de regras e regulamentos, resultando em uma maior limitação de atuação das comunidades (PLUMMER e FENNEL, 2009). Nesse sentido, a literatura vem discutindo abordagens participativas como caminho para o movimento progressivo (Figura 2, eixo y) de retomada do controle comunitário sobre seus recursos territoriais (OKAZAKI, 2008; DINICA, 2017).

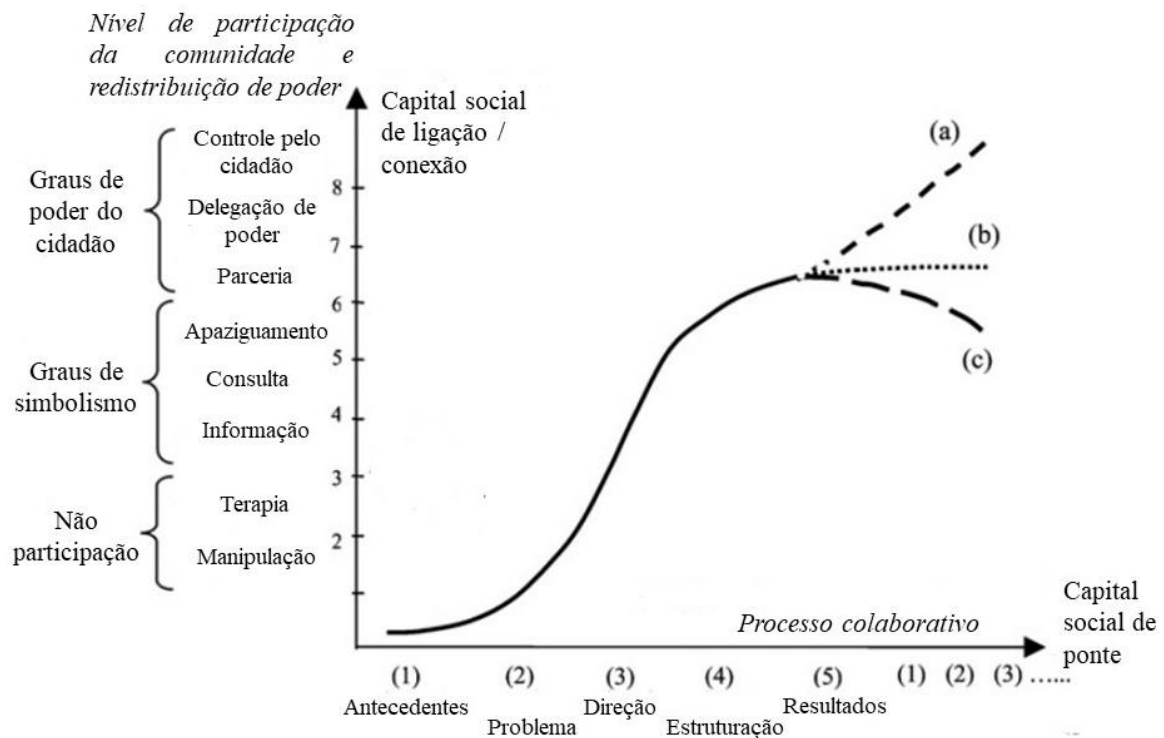


Figura 2. Modelo do processo de Turismo de Base Comunitária. Fonte: Okazaki (2008), adaptado pela autora.

A bidimensionalidade dos modelos de turismo comunitário, representada pelo eixo X e Y da Figura 2, compreende o avanço de fases como a definição de problemas e diretrizes, a implementação de regras e a criação de abordagens de monitoramento e avaliação (REID et al., 2004; CHOI & MURRAY, 2010) concomitantemente com o aumento dos graus de participação e descentralização do poder.

A base a partir da qual esse processo se torna possível constitui-se de uma tríplice cujas partes compõem o capital social. Marteleto e Oliveira e Silva (2004, p. 44) define esse conceito como “normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais”. As três partes que o constituem indicam para diferentes direções, sendo uma voltada às relações de confiança e coesão das bases comunitárias; outra, norteadas às articulações horizontais com redes externas; e uma última, direcionada a integração com instituições formais, sobretudo com o Estado (OKAZAKI, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento da gestão do turismo comunitário dependeu do avanço de articulações e instrumentos que posteriormente foram importantes para uma melhor adaptação da comunidade ao cenário da COVID-19. No que se refere às articulações, há um movimento



em três direções: (i) o fortalecimento das relações de base, para uma ação coesa (destaca-se o papel das associações de moradores e de pescadores locais); (ii) o estabelecimento de relações horizontais para além dos limites territoriais, estruturando-se uma rede de apoio; (iii) a evolução dos modos e canais de diálogo entre a comunidade e o poder público, em especial com a Fundação Florestal, cuja relação se dá de maneira historicamente conflituosa. Dentre os instrumentos mapeados no processo de gestão, destacamos a criação de um plano de gestão para o planejamento e uso sustentável do turismo e um grupo de trabalho. O plano garantiu maior responsabilização da comunidade para com o manejo do território e o grupo de trabalho foi criado para centralizar as negociações com outras partes interessadas pela exploração turística local.

O primeiro ponto identificado que permite a correlação entre os processos foi o fortalecimento das relações de base na comunidade. Esse fator foi decisivo para a realização de ações alinhadas de enfrentamento, possibilitadas pela noção de coletividade e solidariedade. Algumas ações tomadas no período foram: o fechamento do território por três meses (abril a junho de 2020) por meio do bloqueio da via de acesso pela própria comunidade⁶, garantindo a efetividade dos decretos municipais de barreira sanitária de Ubatuba, e o financiamento coletivo para ajudar famílias dependentes da pesca e do turismo, impactadas socioeconomicamente pela pandemia.

Outro ponto observado foi a permanência da estrutura da rede de apoio mesmo com a paralisação do turismo, potencializando a dinâmica de enfrentamento adotada. A rede, formada principalmente pelo Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba e pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), contribuiu sobretudo para a divulgação e aumento do financiamento coletivo, e também com a coleta de produtos pesqueiros e agroecológicos para a montagem e distribuição de cestas básicas.

A última influência entre o turismo comunitário e o enfrentamento da COVID-19 observada foi o progresso do diálogo entre comunidade e Estado, que refletiu em maior autonomia e respaldo para a promoção de ações sanitárias coletivas. Das práticas realizadas, destaca-se a disponibilização pela Fundação Florestal, mais especificamente pela gestão do PESM, de dois guardas para fortalecer o bloqueio da estrada iniciada pelos comunitários.

⁶ A restrição de acesso ao território se justificou principalmente pela insistência dos turistas que possuem casas de veraneio em entrar no local, aumentando o nível de exposição dos caiçaras ao vírus.



Os instrumentos criados no ordenamento comunitário do turismo também foram importantes na articulação destas medidas. O grupo de trabalho passou a centralizar as decisões acerca da conduta frente ao COVID e o instrumento criado, pelo uso do *Whatsapp*, para comunicação interna deste grupo passou a ser utilizado para o alinhamento de assuntos relativos à pandemia.

A análise integral do caso aqui estudado permite a compreensão de que sua concretização foi pautada pelo fortalecimento da territorialidade caíçara sob as outras que ali se sedimentam. Esse esforço foi crucial para fundamentar a argumentação sob a qual a luta pelo direito de controle de uso do território se constituiu. Dois principais movimentos para esse fortalecimento foram observados: a retomada histórica de uso e ocupação da comunidade por aquele espaço, como forma de demonstrar a sua longa e estreita relação; e a identificação e fortalecimento do autoreconhecimento como comunidade tradicional, que pertence e reivindica o território.

Esse processo não só culminou em uma nova configuração do arranjo de poder no território, como também resultou no avanço inter-relacional da multiterritorialidade observada. O comportamento da comunidade frente a COVID-19 demonstra uma maior noção de poder sobre a terra e de responsabilidade sobre sua gestão, ambos estimulados durante o ordenamento turístico. Concretamente, a construção do capital social e o consequente aumento de engajamento comunitário foram estratégias decisivas para este alcance.

A interpretação dos processos sob a lógica da “escada de participação cidadã” (Figura 2), demonstra que a comunidade adentrou ao último nível do engajamento, por meio da estruturação de um arranjo que se assemelha a ideia de parceria. Segundo Okazaki (2008), parceria envolve redistribuição do poder por meio da negociação entre cidadãos e tomadores de decisão. Isso porque mesmo havendo uma priorização das deliberações comunitárias, estas tiveram que ser respaldadas pelo poder legal das instituições estatais, o que por vezes representou entraves a sua aprovação integral.

Mesmo assim foi observado a adoção de alguns princípios proposto por Ostrom (1990), entre eles: a definição coletiva de regras, possibilitada sobretudo pela formação do grupo de trabalho a partir do movimento das associações comunitárias; alinhamento do uso com a demanda e capacidade do território, tanto nas ações para limitação da quantidade de turistas por dia quanto nas ações para impedir a entrada e maior disseminação do vírus no local; reconhecimento da organização comunitária pelo poder público, concretizado principalmente após o fortalecimento da articulação interna; e cooperação com outros níveis de gestão e mais que isso, defesa de suas aspirações frente a outros atores.



Alguns progressos para o aumento da resiliência socioambiental do território relacionados ao estímulo à redistribuição de poder foram identificados: houve uma mudança relacional entre comunidade e órgão gestor, diminuindo os níveis de desconfiança e aumentando os de cooperação, o que garantiu também um avanço nos objetivos de conservação dos recursos; a comunidade como maior interessada em cuidar do local, assumiu uma postura de articuladora entre os atores envolvidos; houve o aumento do papel comunitário enquanto fiscalizadores do acesso e uso do seu espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da extrapolação dos conceitos e elementos que envolvem o turismo comunitário, este artigo permite uma visão mais ampla do potencial desse processo para afetar positivamente as comunidades tradicionais em outras circunstâncias. A transformação simbólica e prática da comunidade tradicional de Picinguaba permitiu uma maior união do corpo coletivo em benefício da segurança e saúde dos moradores, permitindo uma menor vulnerabilização do território frente às ameaças sanitárias.

BIBLIOGRAFIA

BARDIN, L. **Content analysis**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1977.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC**, v. 2, 2005.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasil, 2007.

CALVENTE, M. C. M. H. Questões sobre a desterritorialização de comunidades tradicionais e o turismo: o “novo senhor do curral”. **GeoTextos**, v. 12, n. 2, 2016.

CHEN, S.; LAW, R.; ZHANG, M. Review of research on tourism-related diseases. **Asia Pacific Journal of Tourism Research**, pp. 1–15, 2020.

CHOI, H. C.; MURRAY, I. Resident attitudes toward sustainable community tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, V. 18, N. 4, P. 575–594, 2010.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia (Vol. III). Rio de Janeiro: Ed, v. 34, 1996.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno na natureza intocada**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.
DINICA, V. Tourism concessions in National Parks: neo-liberal governance experiments for a Conservation Economy in New Zealand. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 25, n. 12, p. 1811-1829, 2017.



FERNANDES, S. L.; MACEDO, J. P. Encontro com os territórios tradicionais. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, p. 102-111, 2021.

GOEIJENBIER, M.; VAN GENDEREN, P.; WARD, B. J.; WILDER-SMITH, A.; STEFFEN, R.; OSTERHAUS, A. D. Travellers and influenza: Risks and prevention. **Journal of Travel Medicine**, v. 24, n. 1, 2017.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, p. 11-24, 2003.

HAESBAERT, R. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: FIGUEIREDO, A.H. **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

LAI, I. K. W.; HITCHCOCK, M. Local reactions to mass tourism and community tourism development in Macau. **Journal of Sustainable Tourism**, V. 25, N. 4, P. 451–470, 2016.

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da informação**, v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004.

MORIN, E. **Introdução do pensamento complexo**. Tradução: Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MORAES, N. BRUMATTI, L. M., LIMA, A. R., & CAMPOS, A. C. Análise da convergência conceitual dos termos “território” e “comunidade tradicional” no Brasil. **Revista Observatório**, v. 3, n. 4, p. 518-539, 2017.

OKAZAKI, E. A Community-Based Tourism Model: Its Conception and Use. **Journal of Sustainable Tourism**, V. 16, N. 5, P. 511–529, 2008.

OSTFELD, R. S.; KEESING, F. Biodiversity series: The function of biodiversity in the ecology of vector-borne zoonotic diseases. **Canadian Journal of Zoology**, V. 78, N. 12, P. 2061–2078, 2000.

OSTROM, E. **Governing the commons**: The evolution of institutions for collective action. Cambridge university press, 1990.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REID, D. G.; MAIR, H.; GEORGE, W. Community Tourism Planning. **Annals of Tourism Research**, V. 31, N. 3, P. 623–639, 2004.

STONE, M. T.; NYAUPANE, G. P. Protected areas, wildlife-based community tourism and community livelihoods dynamics: spiraling up and down of community capitals. **Journal of Sustainable Tourism**, V. 26, N. 2, P. 307–324, 2017.



PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 22, p. 37-50, 2010.

PLUMMER, R.; FENNELL, D. A. Managing protected areas for sustainable tourism: prospects for adaptive co-management. **Journal of Sustainable Tourism**, 17(2), 149–168, 2009.

PM de UBATUBA - Prefeitura Municipal de Ubatuba. **Covid-19 2020 newsletter**. 2020. Disponível em: <https://www.ubatuba.sp.gov.br/download/sms/vigilancia/covid-19/Boletim%20COVID%2029%20dezembro%202020%20Ubatuba.pdf> . Acesso em: 20 mar. 2021.

TIRIBA, L. V.; FISCHER, M. C. B. Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. **Revista de educação pública**, vol. 24, n. 56, p. 405-428, 2015.

UNEP. **UNEP Frontiers 2016 Report: Emerging Issues of Environmental Concern**. Nairobi: United Nations Environment Programme, 2016.

VALLEJO, L. R. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. **Anais do Uso Público em Unidades de Conservação**, v. 1, n. 1, p. 13-26, 2013.

ZOHDY, S.; SCHWARTZ, T. S.; OAKS, J. R. The coevolution effect as a driver of spillover. **Trends in parasitology**, V. 35, N. 6, P. 399-408, 2019.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Bookman editora, 2015.